

Política democrática de negociação da dívida

Klaus Kleber *

Para se chegar a um acordo entre o governo brasileiro e os bancos internacionais privados, vencendo o impasse atualmente colocado pelo pagamento de uma parcela dos juros em atraso, será preciso mais do que uma conta de chegar.



Ao se referir à renegociação global da dívida externa, o presidente Fernando Collor disse aos empresários japoneses da "Keidanren" que, aceitos os pressupostos da política de estabilização econômica em execução, a "posição brasileira é flexível, construtiva e aberta ao diálogo". Acertos financeiros são sempre possíveis, mas, como tem consciência o presidente, a negociação deve contar com respaldo político interno, representado pelo aval da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, de acordo com o que preceitua a Constituição.

Sem entrar no mérito da resolução estabelecendo parâmetros para a negociação da dívida a ser votada em breve pelo Senado, a situação parece indicar que, daqui em diante, tudo vai depender, fundamentalmente, da atitude política que adotar o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se o "board" do Fundo aprovar, em essência, a carta de intenções que o Brasil lhe enviou em setembro, e que consagra o princípio de "capacidade de pagamento", os senadores brasileiros poderiam ser mais receptivos à

transferência agora de uma parcela dos juros pendentes. (Nesta hipótese, entraria dinheiro novo, ou seja, uma parcela do crédito "stand-by" de US\$ 2 bilhões que o FMI concederia ao Brasil.)

Esse entrosamento não é diplomaticamente impossível. Tanto quanto o Brasil, o Fundo é interessado em que um eventual acordo possa ser cumprido e não desconhece que o apoio público é essencial para que isso ocorra. Como disse o diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, em discurso perante o Parlamento da Bulgária, em Sofia, em 10 de outubro, "a experiência do FMI em muitos países-membros dá suporte à tese geral de que as estratégias econômicas dos governos têm mais possibilidade de êxito se conseguirem aglutinar um consenso popular (...)" (IMF Survey, 29 de outubro). E, por suposto, é o sucesso do programa de estabilização do atual governo, já cancelado pelos técnicos do Fundo, que constitui a maior garantia de que o Brasil pode cumprir acordos internacionais.

É provável que, para um acerto de posições, o conceito de capacidade de pagamento necessite ser melhor qualificado, o que também pode ser negociado, sempre com a anuência do Senado, que saudou calorosamente a proposta do governo Collor para renegociação da dívida. (Em tempo: o boletim do FMI está nos devendo uma correção: a moeda nacional não é mais o "Brazilian cruzado", como consta da tabela de cotações dos Direitos Especiais de Saque — DES.)

* Editor deste jornal.

16 NOV 1990
GAZETA MERCANTIL